

Cabral discutirá o esboço com todas as lideranças

BRASÍLIA — Ao contrário do que havia proposto o Presidente do PFL, Marco Maciel, o Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, vai apresentar no próximo dia 20 o esboço de seu substitutivo ao projeto da nova Constituição para discussão com todas as lideranças partidárias na Constituinte e não apenas com o PFL. Preocupado com a rei vindicação pefelista, de que haja um entendimento prévio entre os partidos da Aliança Democrática sobre o substitutivo e só depois disso a sua apresentação aos demais partidos, Cabral procurou ontem o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para esclarecer a questão.

— Farei um substitutivo para ser negociado com todas as lideranças e não só com a Aliança Democrática. Combinei com o Dr. Ulysses que no dia 20 ou 21 me reunirei com todas as lideranças. Não há por que discriminar os outros partidos — disse.

Segundo Cabral, do dia 20 ao dia 23 — quando o substitutivo deve ser apresentado à Comissão de Sistematização — haverá tempo para entendimentos. O relator disse que “nenhuma facção partidária fará sozinha o texto constitucional” e que



Cabral, com Ulysses, não atende Maciel

seu substitutivo será o resultado de todas as contribuições, numa tentativa de consenso.

Cabral não acredita, contudo, em consenso sobre temas como sistema de governo — onde as próprias lideranças do PMDB divergem — e reforma agrária, acreditando que sua definição ficará para o plenário.

‘Moderados’ pressionam Centro Democrático a ampliar o bloco

BRASÍLIA — Em nome dos organizadores do bloco suprapartidário “moderado” que será criado na Constituinte, o Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) procurou ontem o Deputado Marcos Lima (PMDB-MG), um dos líderes do grupo Centro Democrático, para dizer que os “moderados” gostariam que o Centro liderasse o movimento dentro do PMDB. A decisão seria tomada numa reunião que avançou pela noite de ontem, no apartamento de Marcos Lima.

— O grupo precisa e muito do Centro Democrático — afirmou Cardoso Alves. Numa rápida conversa, no plenário da Câmara, ele disse a Marcos Lima que era preciso ficar claro que ele e o Deputado Jorge Vianna (PMDB-BA) não tinham qualquer ambição pessoal no movimento. “Nós não queremos nada”, afirmou.

— Marcos Lima acha, porém, que não é bom para o Centro Democrático “misturar-se com um grupo suprapartidário”.

— Pode ser que alguns constituintes se alinhem, mas queremos preservar o grupo dentro da Constituinte e da Câmara — declarou.

Outro líder do grupo, Expedito Machado (PMDB-CE), pensa da mesma forma: “O Centro, para onde for, vai íntegro”. Admitiu, no entanto, que o grupo poderá assinar a “carta de intenções” para a formação do

bloco, desde que as proposições do movimento sejam semelhantes.

Cardoso Alves acha que haverá acordo porque os integrantes do Centro Democrático têm afinidades com o novo bloco. “Eles pensam como nós”, disse. O Deputado Jorge Vianna — que, juntamente com o Deputado Paulo Zarzur (PMDB-SP), estava à cata de assinaturas para a “carta de intenções” — também estava otimista: disse não ter dúvidas de que o grupo inteiro assinaria na reunião de ontem à noite.

Jorge Vianna não revelou quantas assinaturas já tinha conseguido no PMDB. Em seu gabinete na Câmara, o Líder do PDS, Amaral Neto (RJ), continuava falando em 34 assinaturas de seu partido. O Líder do PTB, Gastone Righi (SP) havia conseguido o apoio de 17 dos 19 parlamentares petebistas — o Deputado Arnaldo Faria de Sá (SP) não assinou e o Senador Carlos Alberto (RN) não foi encontrado. O Líder do PFL, José Lourenço (BA), não revelou quantas assinaturas conseguira, mas seu Vice-Líder Alcení Guerra (PR) — que é contra o bloco — acredita que muitos pefelistas apoiarão a iniciativa.

Os integrantes do Centro Democrático se reuniram, sem a presença do Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant’Anna (PMDB-BA), para discutir, entre outros assuntos, em que condições vão conti-

nuar apoiando o Governo. Na reunião foi apresentado um documento traçando um esboço dos objetivos e posições que o grupo pretende adotar de agora em diante.

— Não somos um grupo de direita nem linha de ação do Governo — protestou o Deputado Expedito Machado. Segundo ele, o grupo quer desvincular-se da ideia de apoio automático ao Governo, criada a partir das ligações com Sant’Anna. O próprio Sant’Anna, no entanto, afirmou que até agora o grupo tem defendido as posições do Governo no Congresso e que não acredita que o Centro vá distanciar-se do Governo. Disse que não iria à reunião de ontem, no apartamento de Marcos Lima, para dar mais liberdade aos presentes. “Liberdade para falarem mal do senhor?”, perguntou um repórter. “Até para isso”, respondeu.

Avaliação foi a palavra que o Deputado Marcos Lima preferiu usar para definir o encontro. “Nunca tivemos uma reunião com ampla participação”, lembrou o parlamentar mineiro, que contava com a presença de pelo menos 30 deputados.

Para Expedito Machado, a reunião poderia contribuir para o crescimento ou diminuição do número de integrantes do Centro Democrático:

— A nós não interessa sermos 120 ou 150. Preferimos ser dez, dentro de uma unidade de pontos-de-vista.

Quércia defende mandato menor para o futuro

SÃO PAULO — Um mandato presidencial de quatro anos, com direito a reeleição, como nos Estados Unidos, foi defendido ontem pelo Governador Orestes Quércia “para depois do Governo Sarney”. Segundo ele, a manutenção de cinco anos para o Presidente José Sarney se faz necessária para que a Constituinte não seja atropelada.

Quércia chegou a surpreender os jornalistas com sua declaração a favor dos quatro anos, mas logo tratou de esclarecer:

— O mandato de Sarney precisa ser de cinco anos, não por simples desejo pessoal, mas para que a Constituinte possa trabalhar com tranquilidade. Um processo eleitoral conjunto iria prejudicar todo esse trabalho, fruto de uma luta política muito grande — argumentou.

O Governador de São Paulo já se mostrou favorável a um mandato de seis anos para que a eleição presidencial coincidisse com a renovação do Congresso Nacional. Também propôs um mandato-tampão de dois anos para que prevalecesse a coincidência de mandatos do Presidente e dos congressistas.

Quanto ao sistema de Governo, considera ainda ideal o presidencialismo, mas acha que o País deverá adotar o parlamentarismo “por desejo da maioria do Congresso Constituinte”.

Na primeira sessão extraordinária, parlamentarismo vence por 11 a 4

BRASÍLIA — A única forma de solucionar a crise política brasileira, na opinião da maioria dos constituintes que discursaram na primeira sessão destinada ao debate de temas específicos, é a adoção do parlamentarismo. Apenas três dos 14 oradores defenderam o presidencialismo.

O Senador Afonso Arinos (PFL-RJ), Presidente da Comissão de Sistematização, ao fazer um retrospecto da história republicana, acusou o presidencialismo de tornar violenta e ditatorial a política brasileira. Para ele, a melhor forma de manter o “espírito cordial e fraterno do brasileiro” seria o parlamentarismo.

Já o Deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR), do Movimento Unidade Progressista (MUP), criticou o presidencialismo por criar uma “ditadura do técnico, do assessor, sem controle do Parlamento e sem um Governo que atenda as necessidades das urnas”. Este sistema de Governo não democratiza o conhecimento para não perder a sua força maior, acrescentou.

Para o Deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), se o parlamentarismo não for adotado, “o País caminhará para uma crise que colocará em risco a unidade nacional”. Acrescentou que o diálogo entre o Ministé-

rio e a Câmara, para que todas as ações governamentais sejam fiscalizadas, evitará conseqüências graves para as crises que surgirem. No presidencialismo, segundo ele, qualquer diálogo entre Oposição e Situação é encarrado com desconfiança.

Em defesa do parlamentarismo misto, a Deputada Dirce Tutu Quadros (PTB-SP) afirmou que a eleição direta do Presidente da República e do Congresso fortalece a vontade soberana do povo, oferecendo mais segurança democrática e econômica:

— Se já existisse o voto de desconfiança, possivelmente não teríamos o Plano Cruzado e essa enorme dívida externa — opinou Tutu.

O primeiro a defender o presidencialismo foi o Senador João Menezes (PFL-PA). Para ele, o Brasil não está em “condições intelectuais” para adotar o parlamentarismo:

— Se não temos estabilidade e condições para cumprir o Regimento Interno da Constituinte, como poderemos fazer um parlamentarismo à altura do povo brasileiro? — perguntou. Num aparte, o Senador Hugo Napoleão (PFL-PI) afirmou que o fim do presidencialismo impediria o fortalecimento do Congresso.

O Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) afirmou que a única possi-

bilidade de se alcançar justiça é através do voto da população. A diferença entre parlamentarismo e presidencialismo, segundo ele, é a de que o presidencialismo permite a comunicação de cada eleitor com o centro do poder, enquanto o parlamentarismo, ao contrário, resulta de um “acordo entre as elites de uma instância intermediária entre o voto do cidadão e a organização do Governo”.

Último orador a discursar a favor do presidencialismo, o Deputado José Genoíno (PT-SP) disse que a Presidência da República é um “referencial fundamental de relações propriamente políticas para a sociedade como um todo”. Segundo o parlamentar, em torno das questões que envolvem a Presidência e o Presidente, são abordados “os principais problemas nacionais, as principais reivindicações populares, as relações entre política e administração pública”.

— Mais importante até do que o resultado eleitoral em si é a oxigenação política que as eleições para Presidente introduzem em uma sociedade tradicionalmente despolarizada e onde a politização é essencial para que as multidões possam tomar as mãos seus próprios destinos.